

Cláusula 8.ª**Tutela inspectiva do Estado**

1— Compete ao IDP, I. P., fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspecções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

2— As acções inspectivas designadas no número anterior podem ser tornadas extensíveis à execução dos contratos-programa celebrados pela Federação nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, designadamente através da realização de inspecções, inquéritos, sindicâncias ou auditoria por uma entidade externa, devendo aqueles contratos-programa conter cláusula expressa nesse sentido.

Cláusula 9.ª**Revisão do contrato**

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

Cláusula 10.ª**Vigência do contrato**

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo entra em vigor na data da sua publicação no *Diário da República* e termina em 30 de Junho de 2012.

Cláusula 11.ª**Produção de efeitos**

O presente contrato produz efeitos desde 1 de Janeiro de 2011.

Cláusula 12.ª**Disposições finais**

1— Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de Outubro, este contrato-programa é publicado na 2.ª série do *Diário da República*.

2— Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.

3— Da decisão cabe recurso, nos termos da lei.

Assinado em Lisboa, em 20 de Setembro de 2011, em dois exemplares de igual valor.

20 de Setembro de 2011. — O Presidente do Instituto do Desporto de Portugal, I. P., *Augusto Baganha*. — O Presidente da Federação Portuguesa de Ténis de Mesa, *Carlos Andrés León Virissimo*.

205166637

Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.

Despacho (extracto) n.º 13080/2011

Por despacho de 22 de Setembro de 2011, e nos termos do n.º 6 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, conjugado com o n.º 2 do artigo 73.º, n.º 1 do artigo 75.º, alínea c) do artigo 76.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, em conjugação com a cláusula 6.ª, do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, de 24 de Setembro e do Regulamento de Extensão n.º 1-A/2010, de 1 de Março, o Director do IGESPAR, I. P., declarou a conclusão do período experimental do técnico superior do mapa de pessoal deste Instituto Nuno Miguel Mendes Tomaz tendo o mesmo obtido a classificação final de 16 valores.

23 de Setembro de 2011. — A Directora do Departamento de Gestão, em substituição, *Fernanda Gareão*.

205160975

Instituto Nacional de Estatística, I. P.

Aviso n.º 19512/2011

O artigo 24.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro, que aprova o Novo Regime do Arrendamento Urbano (NRAU), bem como o n.º 5 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 294/2009, de 13 de Outubro, que aprova o Novo Regime de Arrendamento Rural (NRAR), atribui ao Instituto Nacional de Estatística o apuramento do coeficiente de actualização anual de renda dos diversos tipos de arrendamento, o qual deve constar de aviso a ser publicado no *Diário da República* até 30 de Outubro.

Nestes termos, torna-se público, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 24.º da Lei n.º 6/2006, de 27 de Fevereiro e n.º 5 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 294/2009, de 13 de Outubro, que o coeficiente de actualização dos diversos tipos de arrendamento, para vigorar no ano civil de 2012, é de 1,0319.

23 de Setembro de 2011. — A Presidente do Conselho Directivo, *Alda de Caetano Carvalho*.

205164539

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinetes do Primeiro-Ministro e do Ministro da Administração Interna

Despacho n.º 13081/2011

Tendo-se verificado a cessação das comissões de serviço dos titulares de cargos de direcção superior de 1.º grau, a seguir indicados, por força do disposto na alínea h) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto;

Atendendo a que no âmbito do Plano de Redução e Melhoria da Administração Central (PREMAC) se encontra em curso uma revisão da orgânica do Ministério da Administração Interna, que conduz à reestruturação e extinção de alguns dos serviços;

Justificando-se, para tanto, que a manutenção dos actuais dirigentes em exercício de funções seja assegurada em regime de substituição:

Determina-se o seguinte:

1— São nomeados, em regime de substituição e ao abrigo do artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção conferida pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, os seguintes titulares de cargos de direcção superior de 1.º grau do Ministério da Administração Interna:

- a) Director nacional do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, licenciado Manuel Jarmela Palos;
- b) Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil, major-general Arnaldo José Ribeiro da Cruz;
- c) Presidente da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, engenheiro Paulo Nuno Rodrigues Marques Augusto;
- d) Director-geral da Administração Interna, licenciado Jorge Manuel Ferreira Miguéis;
- e) Director-geral de Infra-Estruturas e Equipamentos, Professor Doutor João Alberto Correia;
- f) Encarregado de missão da Estrutura de Missão para a Gestão dos Fundos Comunitários, mestre Pedro Duarte Silva.

2— O presente despacho produz efeitos a 20 de Setembro de 2011.

20 de Setembro de 2011. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*. — O Ministro da Administração Interna, *Miguel Bento Martins Costa Macedo e Silva*.

205152923

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinetes do Primeiro-Ministro e da Ministra da Justiça

Despacho n.º 13082/2011

Nos termos do artigo 94.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, é nomeado, em comissão de serviço, director do Centro de Estudos Judiciários e Professor Doutor António Pedro Pereira Nina Barbas Homem, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e vice-reitor da mesma Universidade, possuidor de reconhecida aptidão e experiência profissional adequada ao cargo, como se evidencia na síntese curricular em anexo.

Foi ouvido o conselho-geral do Centro de Estudos Judiciários, que, por unanimidade, se pronunciou favoravelmente.

O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Setembro de 2011.

21 de Setembro de 2011. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*. — A Ministra da Justiça, *Paula Maria von Hafe Teixeira da Cruz*.